



Observatório das Desigualdades e-Working Paper N.º 4/2014
doi: 10.15847/CIESODWP042014

A mão esquerda e a mão direita do Estado português: que atuais tendências?

Maria do Carmo Botelho, Rosário Mauritti, Nuno Nunes, Daniela Craveiro

Observatório das Desigualdades e-Working Papers (ISSN 2183-4199)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL

<http://observatorio-das-desigualdades.com/>

Maria do Carmo Botelho, Instituto Universitário de Lisboa (BRU-IUL), doutorada em Métodos Quantitativos, Professora Auxiliar no Departamento de Métodos de Pesquisa Social do ISCTE-IUL. Interesses de investigação: estatística robusta, amostragem, escalas de resposta e literacia financeira.

Rosário Mauritti, Investigadora do CIES-IUL. Tem desenvolvido projetos de pesquisa sobre diversos protagonismos e temas de problematização das desigualdades, classes sociais e protagonismos emergentes, numa perspetiva sincrónica e diacrónica, de comparação nacional e internacional.

Nuno Nunes, doutorado em Sociologia, Investigador no CIES-IUL e membro colaborador do Observatório das Desigualdades. Interesses de investigação: desigualdades sociais, análise de classes, ação coletiva, mudança social e desenvolvimento humano.

Daniela Craveiro, doutoranda em Sociologia pela Universidade do Minho, e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da mesma instituição. Atuais interesses de investigação: desigualdades sociais na saúde, envelhecimento, e Estado social.

Título: A mão esquerda e a mão direita do Estado português: que atuais tendências?

Resumo: A política socioeconómica de austeridade presentemente levada a cabo em Portugal, está em grande medida fundada na crença de que a competitividade económica é mais facilmente concretizável reduzindo substancialmente o orçamento para os serviços públicos. Esta política tem sido operacionalizada, principalmente, através da redução do emprego público e da redução do peso das contribuições do Estado, em especial as transferências diretas de pensões aos funcionários públicos aposentados. Neste paper apresentamos uma abordagem multidimensional do universo total de funcionários públicos e pensionistas da CGA, desde 2005 até 2013, utilizando a informação estatística disponível na DGAEP. Desenvolve-se a propósito uma análise multivariada das características sociodemográficas e profissionais dos atuais servidores públicos, empregados e aposentados. Os resultados desta abordagem permitem ter uma perspetiva sobre as tendências estruturais no perfil socioprofissional dos trabalhadores e valências de serviços do Estado associadas, em Portugal. As variações observadas nas áreas de intervenção do Estado dão uma visão das mudanças em curso nas respostas dos serviços públicos. Uma questão permanece em aberto: em que medida as novas regras de pensões contribuem para o acréscimo das desigualdades económicas na velhice?

Palavras-chave: Austeridade; emprego público; funções do Estado; desigualdades sociais.

Title: The left and the right hand of the Portuguese State: current trends

Abstract: In Portugal, the current socioeconomic policy of austerity relies on believe that economic competitiveness is easier achievable by substantially reducing the budget for public services. This policy has been achieved especially by the reduction of public employment and, at same time, by relieving the weight of contributions from the state, particularly the direct transfers of pensions to public servants retirees. We present a quantitative multidimensional approach of the total universe of public employees and new pensioners of CGA, since 2005 until 2013, using the statistical information available at DGAEP. A multivariate analysis is conducted, considering the current public servants employees and retirees, in terms of their socio-demographic and professionals characteristics. Knowledge will be stated regarding structural trends in the Portuguese socio-professional state profile. The variations according to the areas of state intervention give us a perspective of the changes that are occurring in the responses of public services. Are the new pension rules increasing economic inequalities in old age?

Keywords: Austerity; public employment; state functions; social inequalities.

Como citar este artigo

Botelho, Maria do Carmo, Rosário Mauritti, Nuno Nunes e Daniela Craveiro (2014), "A mão esquerda e a mão direita do Estado português: que atuais tendências?", *Observatório das Desigualdades e-Working Papers* N.º 4/2014, ISCTE-IUL, CIES-IUL, ISSN 2183-4199, doi: 10.15847/CIESODWP042014.

Disponível em <http://wp.me/P4h6tu-p3>.

1. Introdução

Atualmente, o estudo do Estado assume uma enorme centralidade científica, social, política e económica. As abordagens são múltiplas, variando em função do seu desenvolvimento teórico, domínios analíticos e/ou escalas de observação. Amiúde, algumas dessas abordagens encontram-se acantonadas a vaticínios prosélicos e redutores da complexidade do objeto em causa.¹

A generalidade destas análises são relativamente unânimes na identificação de tendências que apontam para o “encolhimento” do Estado, o qual é hoje alvo de múltiplas intervenções que se assumem explicitamente como medidas de resposta à urgência de diminuição sustentada do défice e de controlo da dívida pública. No caso português tais intervenções têm lugar num enquadramento de forte pressão para a implementação de políticas neoliberais tuteladas pela “troika”², as quais vieram ainda intensificar o agravamento de ameaças colocadas às componentes de serviço público mais ligadas à providência, proteção social e solidariedade social.

Inserindo-se num projeto de investigação mais vasto, que toma como ângulo central de inferência científica, a compreensão das dinâmicas estruturais e institucionais do Estado em Portugal, são apresentados dados empíricos relativos aos recursos humanos da administração pública portuguesa – a partir do final da década de 70 até à atualidade³ – e que servem de suporte, parcelar, para o desenvolvimento teórico avançado por Pierre Bourdieu (1989, 1993, 1994, 1998a, 1998b e 2006) quando se refere à existência da “mão direita” e da “mão esquerda” do Estado nas sociedades modernas. Tendo como primado que o Estado democrático existe para servir os cidadãos no sentido de promover a equidade e coesão social, assume-se na abordagem destes dados que a qualidade dos serviços prestados pelos seus organismos deve equacionar, quer uma análise da qualidade dos recursos humanos afetos às várias áreas de intervenção, quer o peso relativo dessas áreas na sua configuração geral. Esta análise é desenvolvida articulando ainda uma interpretação da evolução do emprego público num confronto com as dinâmicas do trabalho em Portugal e no contexto internacional (OCDE). Num

¹ Uma primeira versão deste estudo foi apresentada e debatida publicamente na conferência Internacional *The Welfare State in Portugal in the Age of Austerity*, Lisboa, ISEG, 9 – 10 de Maio de 2014.

² Formação constituída pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável pela monitorização do “programa de ajustamento económico e financeiro” que está a ser implementado em Portugal, como condição para a ajuda financeira solicitada pelo Governo português em 7 de Abril de 2011.

³ Os indicadores estruturais focados nesta análise têm como fontes principais dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, bem como da Caixa Geral de Aposentações.

segundo plano, que complementa o anterior, as tendências de reconfiguração do Estado providência, em termos de serviços prestados e qualidade dos seus colaboradores, são analisadas tendo como referência fluxos de saídas por aposentação e características sociais dos novos aposentados da Caixa Geral de Aposentações. Nesta linha analítica é desenvolvida uma análise multivariada estrutural relativamente aos reformados da administração pública em 2013, alcançando-se, desta forma, uma noção mais clara das atuais reconfigurações por que atravessa o Estado português.

2. A teoria de Pierre Bourdieu sobre o Estado moderno

Pierre Bourdieu confere uma particular ênfase à génese do Estado moderno e à configuração que ele foi progressivamente assumindo. Torna-se, por isso, fundamental desenvolver uma *historicidade do Estado*, reconstrutora do seu modelo de emergência, e reveladora do(s) campo(s) do poder nas sociedades (Bourdieu, 1989 e 1994).

O Estado constitui o culminar de um processo de concentração das diferentes espécies de capital, que lhe confere o meta-capital necessário para se impor sobre as outras espécies de capital, a sua (re)produção e os seus detentores. A formação do Estado, com a constituição de um específico capital estatal, acompanha a construção do campo do poder, como espaço em que os detentores de diferentes espécies de capital lutam pelo seu controlo. Estado que se reforça da articulação dos diversos campos administrativos que o integram (Bourdieu, 1994 e 2006).

Como refere Wacquant, “Bourdieu sustenta que a organização quiasmática da classe dominante contemporânea, expressando um estágio histórico da divisão de trabalho entre capital material (económico) e simbólico (cultural), e a sua projeção no campo das escolas de elite que separa e ao mesmo tempo une os dois [(Bourdieu, 1989)], é característica de todas as sociedades avançadas. Mas esta estrutura subterrânea de oposição concretiza-se sob formas diversas nos diferentes países, dependendo da interseção de múltiplos fatores, incluindo a trajetória histórica da formação das classes altas, das estruturas do Estado e da configuração do sistema de educação na sociedade e do período de tempo considerado” (Wacquant, 2007:301).

Analisar a genealogia da dominação (de classe, simbólica e logo burocrática) é procurar o poder nos mecanismos sociais que também produzem as estruturas do Estado. Isto assumindo que ele é um dos instrumentos de que os dominantes fazem uso para impor a sua dominação, e é igualmente a objetivação do ponto de vista dos que dominam, o qual através do Estado dominado se constitui simbolicamente como visão universal no desfecho de lutas contra visões

concorrentes que se interpunham face à opinião social legítima (Bourdieu, 1989, 1994 e 1998a; Fernandes, 2007).

Grosso modo, a mão esquerda e a mão direita do Estado representam as funções dos Estados modernos contemporâneos (Bourdieu, 1993, 1998b).

No entender de Pierre Bourdieu, o que caracteriza a mão direita do Estado? A concentração do capital de força física e a sua afirmação para o exterior de fronteiras, e internamente a vigilância das classes dominadas; os imperativos de defesa do território; a manutenção da ordem interna; a instauração de uma fiscalidade eficiente; a competição interestatal; o assegurar do mercado nacional; a concentração do capital jurídico que se conclui pela constituição de um campo jurídico autónomo (Bourdieu, 1994, 1998b, 2006).

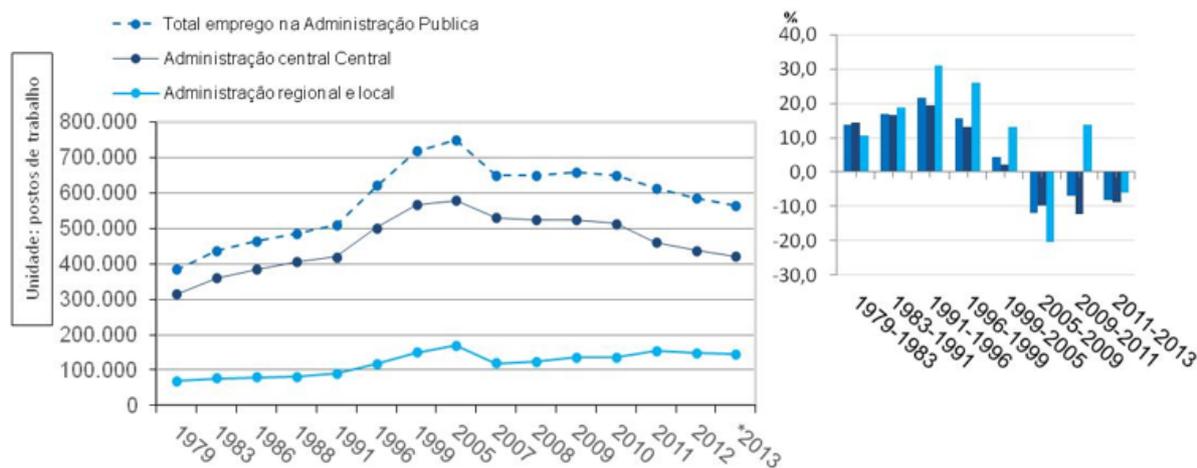
E o que define a mão esquerda do Estado? A incidência sobre os mecanismos da redistribuição; o exercício das funções ditas “sociais”; a afirmação da educabilidade universal; a ação unificadora em matéria de cultura, elemento fundamental da construção do Estado-nação; o dever de dotar os cidadãos dos meios culturais que lhes permitam exercer ativamente os seus direitos cívicos (Bourdieu, 1993, 1994, 1998b).

Nas perceções dos cidadãos, no balanço que fazem entre a carga de contribuições sociais e de impostos e o retorno que obtêm dos serviços públicos, num contexto em que não se vivenciem situações extremas de guerra civil ou militar, são sobretudo estas componentes ligadas à mão esquerda aquelas que são positiva ou negativamente referenciadas como indicadores da qualidade do Estado. A diminuição acentuada destas componentes associadas à mão esquerda – a mão de Abril – sob a aparência e o jugo da inevitabilidade e da procura da eficiência (económica) do Estado, procederia a um corte radical entre o económico e o social e ao conseqüente abandono de um certo número de terrenos de ação social. Operando-se, dessa forma, a transformação gradual de uma política de Estado que pretende agir sobre as próprias estruturas da distribuição, para uma política que giza simplesmente corrigir os efeitos da distribuição desigual dos recursos de capital económico e cultural. A mão direita, obcecada pela questão dos equilíbrios financeiros e restrições orçamentais, e corporizada pelos grandes responsáveis do Ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais, opõe-se ao que Bourdieu intitula de “trabalhadores sociais”, a mão esquerda do Estado, o conjunto dos agentes dos ministérios ditos despesistas que são a marca, no interior do próprio Estado, das conquistas sociais do passado (Bourdieu, 1993 e 1998b).

3. O emprego público em Portugal: um olhar diacrónico e de comparação internacional

No final de 2013 o Estado português contava com pouco mais de meio milhão de funcionários (564 mil) dos quais cerca de 3/4 estavam afetos a serviços da administração central. No início do período em referência, em 1979 - cinco anos passados sobre a revolução de Abril, o Estado tinha ainda um peso relativamente diminuto enquanto entidade empregadora. O grande impulso no seu crescimento tem lugar no período entre 1991 e 1996 (com uma taxa de crescimento acumulado que ronda os 22%), num enquadramento político de maioria governativa, então, muito sustentado pela entrada expressiva de fundos comunitários investidos na modernização do país. Este crescimento dá-se pois num contexto de prosperidade económica e de quase ausência de desemprego (ver figura 2), e estende-se ao ciclo seguinte de transição para a governação socialista,⁴ findo o qual há uma progressiva desaceleração, embora mais notória na administração central, já que entre 1999 e 2005, refletindo um reforço da descentralização, as taxas de crescimento nas administrações regional e local são ainda expressivas.

Figura 1. Emprego público em Portugal (1979-2013)



Fonte: DGAEP, cálculos próprios.

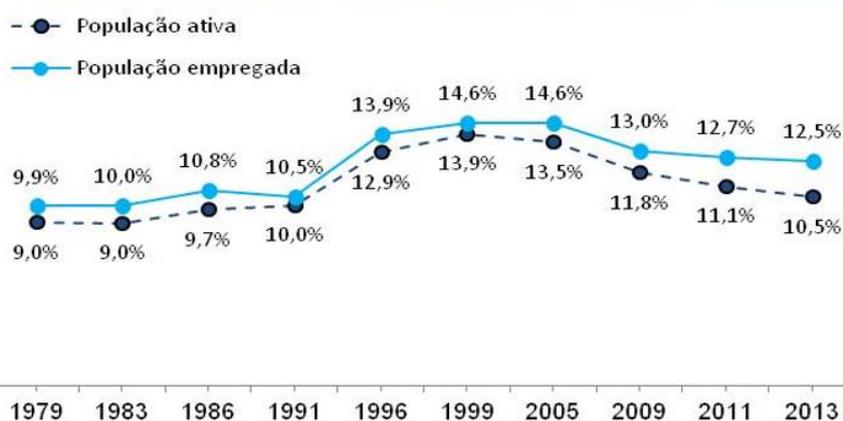
⁴ Marcado pela publicação do Decreto-Lei nº 81-A/96 que procedeu à reavaliação das situações irregulares no âmbito da vinculação precária (cf. OBSEP/DGAEP, 2009: 5)

O ano 2005 fica assim marcado como tendo sido o que regista o maior número de postos de trabalho afetos aos serviços do estado (747.880 mil). Este é igualmente o ano de viragem, a partir do qual são implementadas medidas de atenuação dos encargos do Estado com os seus trabalhadores e aposentados.⁵

Entre 2005 e 2009, num novo contexto de governação em maioria absoluta, o número de postos de trabalho afetos ao Estado diminui significativamente (a taxa global de decréscimo ronda os 12%; 20% no caso das administrações sub-nacionais). No segundo ciclo de governação socialista sob a liderança de Sócrates, que inicia em 2009, o encolhimento global dos trabalhadores do Estado é atenuado por uma nova fase de crescimento das regiões e do poder local, mas ainda assim apresenta uma tendência de quebra (-7%), a qual se prolonga ao período de governação tutelada pela troika (entre 2011 e 2013, decresce -8%).

As tendências de crescimento e de decréscimo do número de trabalhadores afetos ao Estado, são parcialmente evidenciadas quando se perspetiva o peso destes trabalhadores no conjunto da população ativa e da população empregada (ver figura 2). Mas apesar da diminuição acentuada do peso de trabalhadores do Estado, a partir de 2011, a crise económica e o aumento muito significativo do desemprego funcionam como alavanca de relativo abrandamento na descida do peso do Estado na economia, em particular quando perspetivamos a proporção de funcionários do Estado no conjunto da população empregada.

Figura 2. Emprego público na população ativa e população empregada (1979-2013)

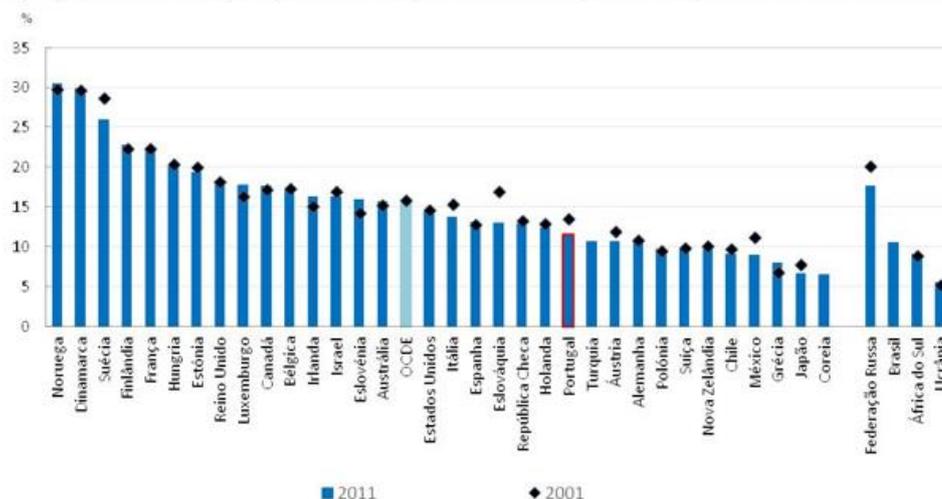


Fonte: DGAEP e INE, Inquérito ao Emprego, cálculos próprios.

⁵ Destaca-se neste âmbito a publicação da Lei nº 60/2005, visando a convergência entre o regime geral de segurança social e da caixa geral de aposentações. A partir de 1 de Janeiro de 2006, na novas admissões, os funcionários públicos e agentes administrativos serão inscritos no regime geral de segurança social, ficando abrangidos pelo regime de reforma dos trabalhadores do sector privado.

Uma análise comparativa, referenciada aos países da OCDE, permite evidenciar que Portugal está entre os países com mais baixas percentagens de trabalhadores afetos aos serviços do Estado (ver figura 3). E entre 2001 e 2011, está entre os três países (juntamente com a Eslováquia e o México) que apresentam a maior quebra no peso do emprego público na população ativa.

Figura 3. Emprego público na população ativa dos países da OCDE (2001-2011)



Fonte: OIT, LABORSTA (base de dados); OECD Estatísticas do Emprego (base de dados).

Assim, confirma-se nesta análise que os postos de trabalho afetos aos serviços do Estado diminuem, este é um elemento inquestionável. Assumindo que a qualidade dos serviços prestados pelo Estado nas diversas áreas em que intervém está significativamente relacionada com a afetação de recursos humanos, importa pois perceber que tendências se desenham na distribuição desses recursos por áreas funcionais. É esta a abordagem que se desenvolve a partir da figura 4.

Figura 4. As mãos do Estado: emprego Público em Portugal por grandes áreas funcionais (2005-2010; 2011-2013)



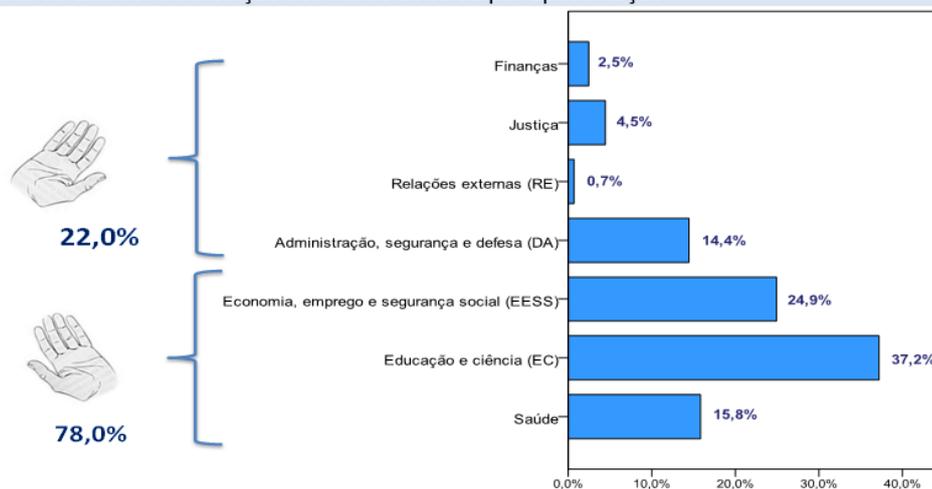
Nos dois períodos em referência, 2005-2010 e 2011-2013, é notória a diminuição global do Estado. No primeiro arco temporal, as relações externas são de facto a única área de intervenção em contra ciclo. Com exceção desta área funcional, é manifesto ainda que o decréscimo se distribui de forma relativamente equitativa entre as duas mãos (decai cerca de 9 pontos percentuais na mão direita e 10 pontos na esquerda). Uma análise mais detalhada, atenta aos “dedos” das mãos, evidencia que, na mão direita, a maior quebra é preconizada pelas funções afetas às finanças (com decréscimo de 14%); por seu lado, na mão esquerda, denota-se uma forte descida das funções ligadas à economia, emprego e segurança (com quebras nas ordem dos 27%) e saúde (-20%). Neste período o facto de a educação e ciência se manter relativamente estável permite atenuar o decréscimo global das funções afetas à mão esquerda do Estado.

No período de governação tutelada, que inicia em 2011, o aspeto mais notório é o reforço relativo da mão direita. Esta embora apresente uma tendência de quebra, na verdade cai menos (-5%, contra -9% da mão esquerda), o que permite um aumento do seu peso no todo da estrutura funcional do Estado. Na transição entre o primeiro e o segundo período (no ano de eleições, em 2011), uma «engenharia financeira» passou boa parte dos ativos afetos à saúde para a gestão de EPE's, diminuindo os encargos diretos da Administração Central com estes trabalhadores. Outro fator de grande expressão, é que, pela primeira vez, verifica-se uma diminuição expressiva de recursos na área da educação e ciência (nesta fase aquela que mais decresce, apresentando perdas de -12%).

4. A génese estrutural do Estado português contemporâneo

O desenvolvimento de uma escatologia estrutural dos mais recentes reformados da administração pública - e uma vez que tais trabalhadores iniciaram as suas carreiras profissionais nas décadas de 70 e 80 - permite que se compreenda que Estado português se foi constituindo, para além de se poder compará-lo diacronicamente com o atual Estado e a sua política de recursos humanos.

Figura 5. As mãos do Estado: distribuição dos fluxos de saída por aposentação



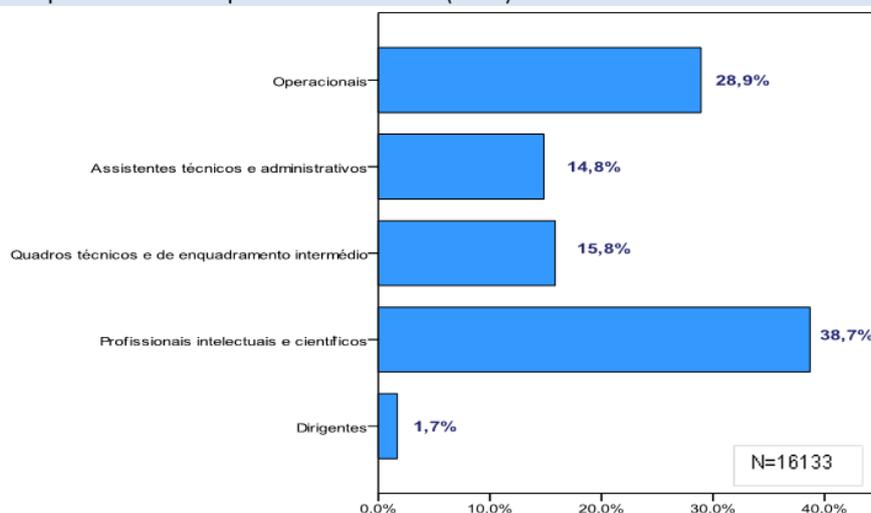
Fonte: CGA (Base de dados).

Em convergência com as análises anteriores, a Figura 5 revela que, em Portugal, são sobretudo as funções da mão esquerda do Estado que estão a perder ativos públicos. Em 2013, no total de novos aposentados da Caixa Geral de Aposentações 78% saem de serviços afetos à mão esquerda, contra 22% da mão direita. A educação e a ciência são as funções do Estado que perdem mais recursos humanos, ou seja, 37,2% do total dos reformados da administração pública em 2013. Seguem-se a economia, emprego e segurança social, representando 24,9% do total dos mais recentes reformados, os trabalhadores da saúde constituem 15,5% e só depois se seguem as funções de administração, segurança e defesa, significando 14,4% do total dos novos reformados.

A Figura 6 permite perceber que categorias profissionais estão a sair da condição de ativos do Estado. Verifica-se que, em 2013, o maior fluxo de saídas envolve a componente de trabalhadores mais qualificados, os profissionais intelectuais e científicos (estes representam 39% dos novos aposentados). O segundo grupo com maior peso envolve as categorias de operacionais (29%). Seguem-se a estes outro segmento com perfis de qualificação intermédia,

os quadros técnicos e de enquadramento intermédio (16%) e os assistentes técnicos e administrativos (que representam 15% das saídas por aposentação).

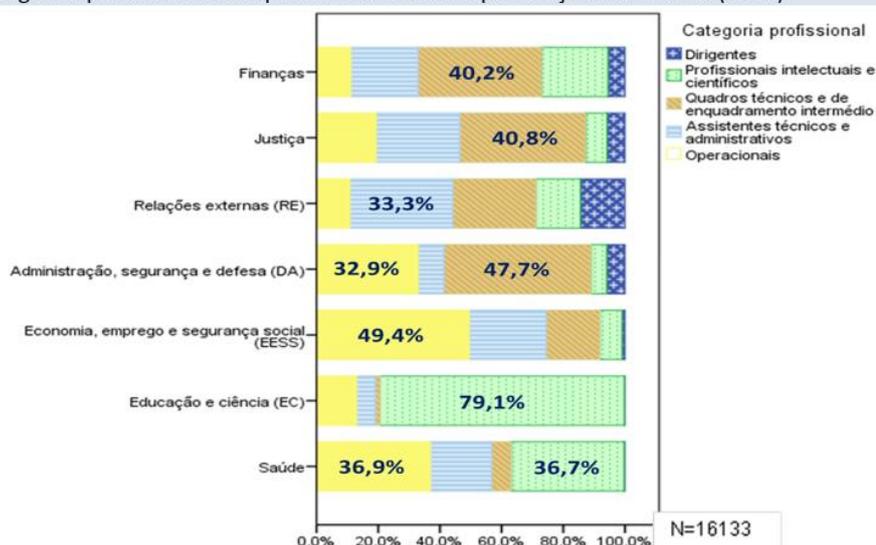
Figura 6. Categorias profissionais dos pensionistas da CGA (2013)



Fonte: CGA (Base de dados).

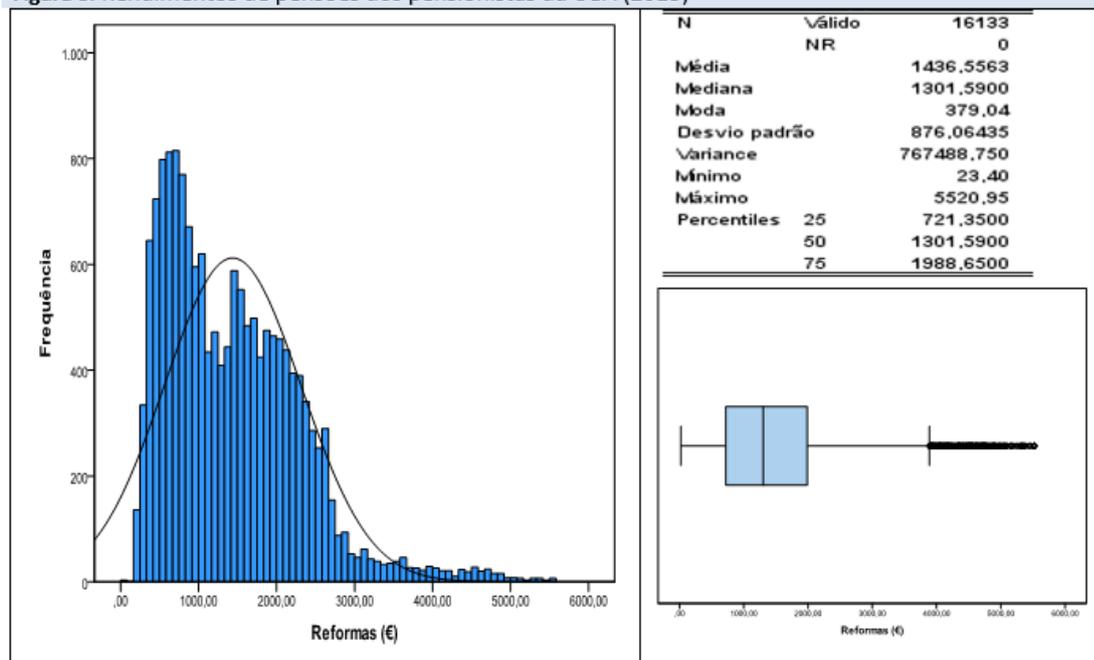
Complementarmente, a Figura 7 permite relacionar fluxos de saídas de categorias profissionais com as funções do Estado. Na mão esquerda do Estado, a “Educação e a Ciência” é reduzida por 79% de profissionais intelectuais e científicos; na “Saúde”, 37% eram operacionais e 37% profissionais intelectuais e científicos; na “Economia, Emprego e Segurança Social”, 49% são reformados pertencentes à categoria de operacionais. Relativamente à mão direita do Estado, destaca-se principalmente que as “Finanças”, “Justiça”, e a “Administração, Segurança e Defesa” perdem sobretudo quadros técnicos e de enquadramento intermédio, respetivamente 40%, 41% e 48%.

Figura 7. Categorias profissionais dos pensionistas da CGA por funções do Estado (2013)



Fonte: CGA (Base de dados).

Figura 8. Rendimentos de pensões dos pensionistas da CGA (2013)

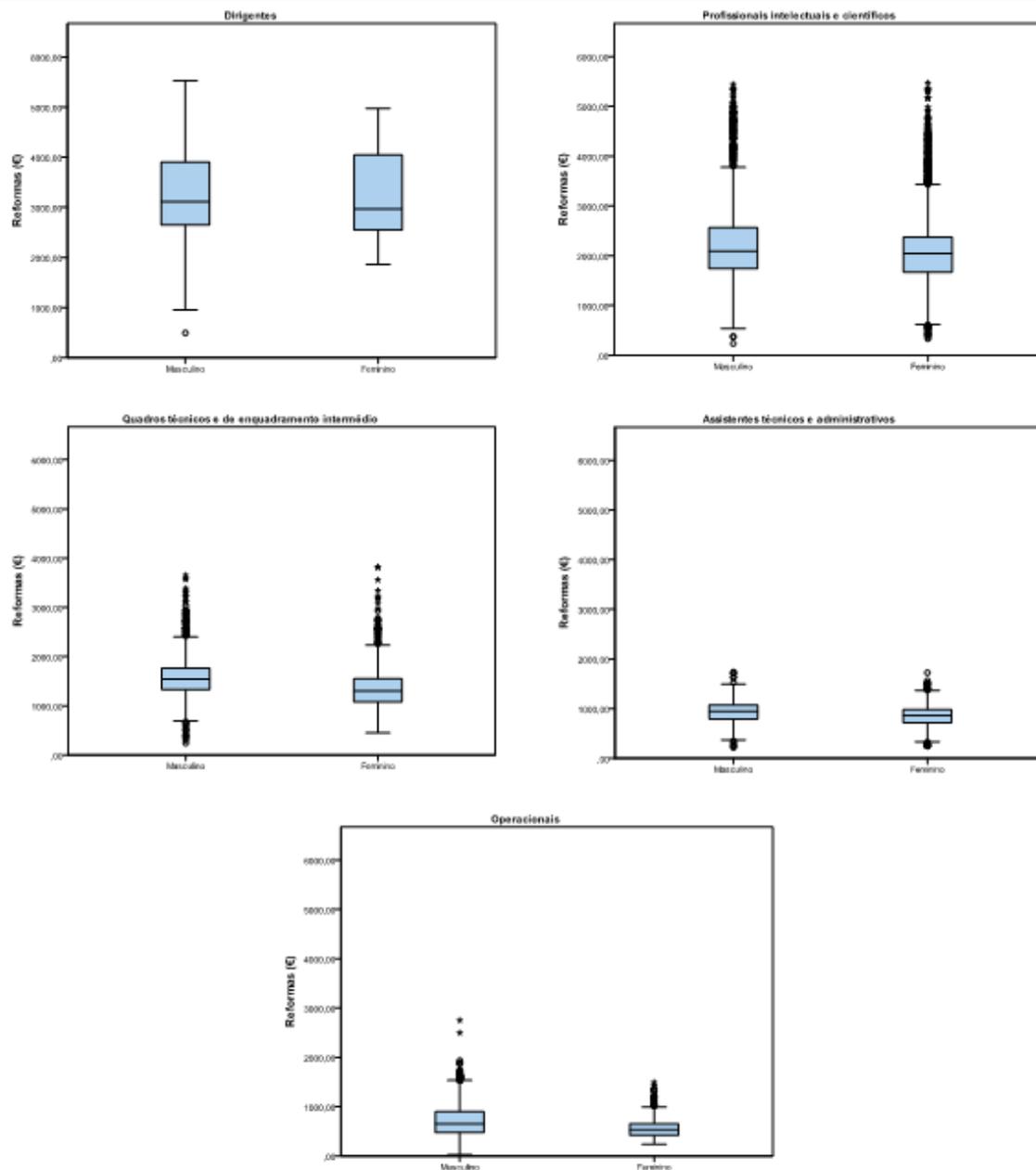


Fonte: CGA (Base de dados).

A Figura 8 fornece-nos uma perspetiva atualizada das pensões dos reformados da CGA, em 2013. Observa-se que 25% das pensões atribuídas envolvem montantes até €721,35 e 50% até €1301,59 (o valor da mediana) e 75% até € 1988,65. Os “rendimentos outliers”, ou seja, atípicos a uma distribuição normal, situam-se a partir €3891,00 e dizem respeito a 310 indivíduos (ou seja, 2% do total dos pensionistas da CGA no ano em referência).

A análise da distribuição dos rendimentos (brutos) de pensão dos reformados CGA por categorias profissionais e género estabelece uma relação muito significativa entre os montantes auferidos e a categoria profissional. Verifica-se que os dirigentes são os que auferem maiores rendimentos de pensões, com valores médios situados nos €3309,25 para os homens e €3233,02 no caso das mulheres. Seguem-se os profissionais e especialistas, cujas médias de rendimento são, para o sexo masculino de €2243,91 e para o sexo feminino de €2073,13. Abaixo dos mil euros mensais de rendimentos de pensões, encontram-se os assistentes técnicos e administrativos, que auferem, em termos médios, €931,38 no caso dos homens e €850,64 relativamente às mulheres. Os rendimentos de pensões das categorias de operacionais, envolvendo franjas de trabalhadores de base com baixas qualificações, são ainda mais reduzidos: nestas categorias, os reformados do sexo masculino recebem em média €744,92 e as mulheres €542,23.

Figura 9. Rendimentos de pensões dos pensionistas da CGA, por categorias profissionais e género (2013)



Fonte: CGA (Base de dados).

Denote-se nesta distribuição, uma tendência transversal a todas as categorias, que associa às mulheres um rendimento médio sempre inferior. Estas diferenças mesmo que ligeiras, e apesar de não alterarem a estrutura de rendimentos que posiciona as várias categorias é um dado relevante que merece, quanto a nós, análises mais aprofundadas, para apurar das suas causas.

O aprofundamento da análise quantitativa multivariada permitiu desvelar um conjunto de regularidades e de saliências significativas que possibilitam um maior conhecimento sobre o universo total dos reformados da CGA em Portugal. Verifica-se que o género, a categoria

profissional, as funções do Estado e os rendimentos de pensões constituem fatores discriminantes relativamente aos ex-ativos de recursos humanos da administração pública. A análise de correspondências múltiplas (ACM) permitiu destacar a existência de uma *Dimensão 1*, constituída pela categoria profissional, funções do Estado e rendimentos de reformas, e uma *Dimensão 2*, formada pelo género, a categoria profissional e as funções do Estado.

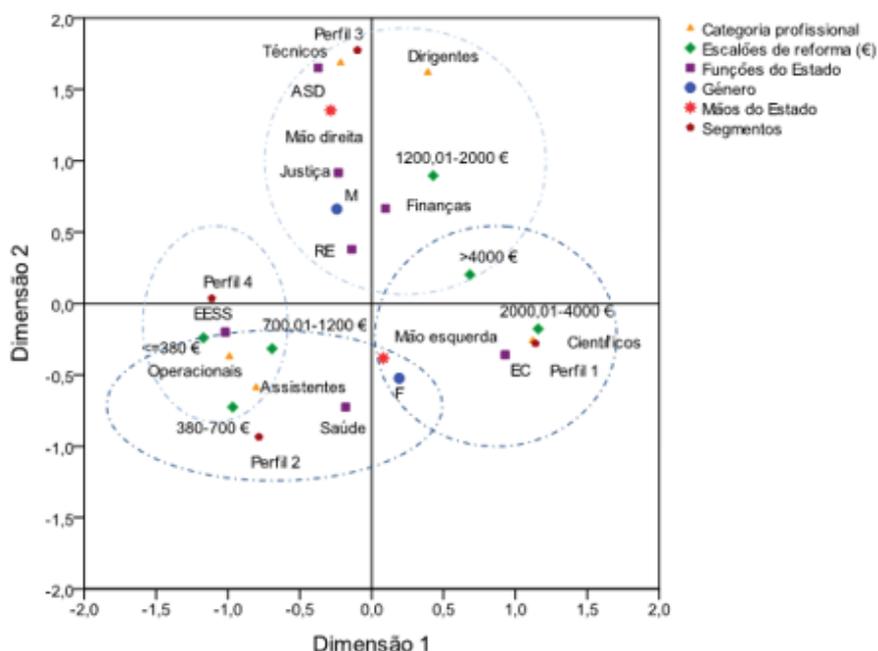
Em forte convergência coma as análises anteriores, o espaço topológico dos reformados da administração pública revela, claramente, a demarcação entre a mão esquerda e a mão direita do Estado, e para as quais concorrem significativas associações categoriais (Figura 10).

Tabela 1. Pensionistas da CGA em Portugal: variáveis discriminantes

Variáveis	Dimensão 1		Dimensão 2	
	Medidas de discriminação	Contribuição	Medidas de Discriminação	Contribuição
Género	0,047	2,1%	0,347	18,2%
Categoria Profissional	0,874	38,9%	0,613	32,2%
Funções do Estado	0,607	27,0%	0,585	30,7%
Reformas (€)	0,721	32,1%	0,361	19,0%
Inércia	0,562		0,477	
% de variância	14,1%		11,9%	

Fonte: CGA (Base de dados).

Figura 10. Espaço topológico dos reformados da administração pública portuguesa (ACM)



Fonte: CGA (Base de dados).

Observa-se que a mão esquerda do Estado, formada pelas funções da “educação e ciência”, “saúde”, “economia, emprego e segurança social”, configura-se internamente contemplando, por um lado, ex-trabalhadores da administração pública nas funções de educação e ciência, pertencentes à categoria profissional de profissionais intelectuais e científicos, auferindo rendimentos de reformas superiores a €2000 e do sexo feminino, e por outro lado, ex-trabalhadores nas funções da “saúde”, “economia, emprego e segurança social”, pertencentes às categorias profissionais de assistentes técnicos e administrativos e operacionais, auferindo os rendimentos mais baixos do Estado (até €1200) e pertencentes ao sexo feminino.

A mão direita do Estado português, constituída pelas funções das “finanças”, “justiça”, “administração, segurança e defesa” e “relações externas”, associa-se às categorias profissionais de dirigentes e de quadros técnicos e de enquadramento intermédio, ao sexo masculino e a rendimentos que variam entre €1201,01 e €2000, bem como aos que são superiores a €4000.

É possível verificar-se que existem quatro perfis-tipo de saída do Estado: os *perfis 1 e 2* pertencentes à mão esquerda do Estado, e representam, respetivamente, 38% e 24% do universo total dos reformados da administração pública; o *perfil 3* claramente oriundo da mão direita do Estado, representa 18% dos reformados; e o *perfil 4*, o mais desqualificado e com rendimentos mais reduzidos e que perfazem 20% do total dos reformados do Estado em 2013.

5. A demissão do Estado português no século XXI?

Os dados apresentados servem de ponto de partida para análises mais aprofundadas de uma pesquisa em curso, que equaciona, nomeadamente, tendências atuais de redução ou de salvaguarda do interesse público: o Estado regulador que externaliza as principais funções de *welfare* e reduz significativamente a componente de prestador direto de serviço público *versus* o Estado interventor ativo, prestador principal de serviço público nas áreas estratégicas de providência, proteção social e solidariedade social. Em outras palavras, procura-se nesta linha fazer um balanço sobre os processos de reconfiguração das “mãos do Estado”. Tal abordagem é desenvolvida a partir da ótica da densidade do corpo administrativo de funcionários públicos do Estado, tendo em conta quer as suas principais características estruturais, quer a observação e análise dos fluxos relativos de entradas e saídas de trabalhadores afetos às várias funções. Isto, tendo por referência substantiva análises de forte solidez estatística, que nos permitem defender teoricamente a pertinência científica da orientação teórico conceptual apresentada.

O trabalho de pesquisa em curso propõe-se desenvolver uma análise das desigualdades no estudo do Estado que permita suscitar novos olhares de questionamento científico. Nesta orientação, impõe-se, em primeira-mão, a promoção de um trabalho de “desnaturalização” que nos permita questionar o óbvio e avançar com novos conhecimentos nesta área problemática. O facto de o Estado estar a retirar-se de um certo número de setores da vida social que se lhe incumbiam e que tinha a seu cargo, garante do serviço público como serviço aberto e oferecido a todos, sem distinção, tem como reflexo o aumento real de desigualdades e a inversão de tendências que apontavam ganhos sociais relativos em áreas sensíveis de desenvolvimento humano, como são a saúde, a educação e a participação cívica, entre outras?

O Estado, à medida que avança, adquire autonomia, torna-se parcialmente independente das forças sociais e económicas dominantes. Significa isto que a burocracia de Estado começa a encontrar-se em condições de distorcer a vontade dos dominantes, de a interpretar e por vezes de inspirar *per si* certas políticas? O Estado, em todos os países, é, em certa medida, a marca na realidade de conquistas sociais. O Estado tem uma autonomia tanto maior quanto mais antigo e forte é, e quanto mais conquistas sociais foi registando nas suas estruturas. Em que medida os indicadores que nos permitem analisar os efeitos das atuais orientações políticas indiciam já uma forte *involução do Estado* (Bourdieu, 1998)? Isto tendo em conta aspetos que frequentemente não são contemplados nas avaliações dos custos de uma política na teoria económica, que são os chamados custos sociais. Que indicadores desenvolver para concretizar a incorporação nos cálculos económicos dos custos sociais das decisões económicas (Bourdieu, 1998; OECD, 2011 e 2013, entre outros)?

Estes são alguns dos caminhos que procuraremos aprofundar, tendo em vista a construção de uma agenda para uma sociologia comparativa, *genética e estrutural de campos de poder nacionais* que, para cada sociedade, catalogaria formas eficientes de capital, especificaria os determinantes históricos e sociais dos respetivos graus de diferenciação, distância e antagonismo.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, Pierre (1989), *La Noblesse d'État*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (coord.) (1993), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1994), *Raisons Pratiques: sur la Théorie de l'Action*, Paris, Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1998a), *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (1998b), *Contrafogos*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (2006), *As Estruturas Sociais da Economia*, Porto, Campo das Letras.
- Fernandes, António Teixeira (2007), “Estado, democracia e legitimidade”, in Pinto, José Madureira e Virgílio Borges Pereira (orgs.) (2007), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 265-293.
- OECD (2013), *OECD Guidelines on Measuring Subjective Well-being*, OECD Publishing.
- OECD (2012), *Economic Policy Reforms 2012: Going for Growth*, OECD Publishing.
- OECD (2011a), *How's Life?: Measuring Well-Being* (Better Life Initiative), OECD Publishing.
- OECD (2011b), *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*, OECD Publishing.
- Wacquant, Loïc (2007), “Lendo o «Capital» de Bourdieu”, in Pinto, José Madureira e Virgílio Borges Pereira (orgs.) (2007), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 295-3012.